

# Constituição será promulgada em 5 de outubro

Data não coincide com qualquer evento histórico, mas é a véspera do aniversário de Ulysses

JULIO ALCANTARA



Ulysses esteve no Buriil e, depois, reuniu-se com os relatores José Fogaça, Bernardo Cabral, Adolfo Oliveira e Antonio Carlos Konder Reis

Uma nova Constituição será promulgada no dia 5 de outubro, véspera do aniversário do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A data foi anunciada ontem por Ulysses, que escolheu, entre outros motivos, por não coincidir com qualquer evento histórico.

— Daqui para a frente, sim, ela será histórica — disse Ulysses, para depois informar que a Constituinte adotará uma recomendação legal às escolas para que passem a comemorar o 5 de outubro como uma data cívica.

No próximo dia 22, data inicialmente cogitada para a promulgação, haverá sessão destinada à votação da redação final do projeto constitucional. Ulysses explicou que uma série de providências regimentais indica que somente no próximo dia 22 poderá ser submetida ao plenário a redação final que está sendo elaborada pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e pela Comissão de Redação. De acordo com o Regimento, Cabral faz uma proposta de redação, a ser enviada aos constituintes, que disporão de 48 horas para apresentar sugestões redacionais, de técnica legislativa ou de sistematização à comissão. Propostas de outra natureza não serão admitidas em qualquer hipótese, segundo informou Ulysses.

Depois da votação da redação final — que será feita em turno único, de forma global —, haverá cinco sessões destinadas à coleta dos autógrafos dos constituintes (dez por parlamentar). A hipótese de rejeição da redação final, segundo Ulysses, não existe.

— Isto aqui é uma Constituinte, e não um hospício.

A sessão de promulgação será "uma grande festa", na proporção da importância do acontecimento, de acordo com Ulysses. Serão convidados os presidentes dos parlamentos dos países de língua portuguesa e, também, "pela evidente afinidade", os da América Latina, além da Espanha.

— Haverá outros atos mais que estão sendo programados — acrescentou, sem dar detalhes.

Bem disposto, Ulysses esteve ontem no Palácio do Buriil, onde participou da solenidade de assinatura do contrato de concessão do direito real de uso de lotes para a construção das sedes do PMDB, PSB, PDS e PFL. Ulysses considerou "da maior importância" a concessão do lote.

— Estamos de empréstimo no Legislativo nacional. Mas vá à minha sala para verificar... Fico acanhado quando vou à Argentina, ao Uruguai, a outros países, que têm prédios com muitos andares. E nós temos duas, três salas, não podemos nem receber como deveríamos receber.

Ulysses informou que uma comissão está arrecadando fundos para a construção da sede, o que não ocorrerá este ano, já que agora as atenções se voltaram para a campanha municipal.

Confessando não estar cansado, Ulysses lembrou que deixou o Congresso às duas horas da madrugada de ontem, disse que recebeu telefonemas de todo o País, e dormiu "umas quatro horas".

— E estou ainda inteiro. Indagado sobre se iria agora descansar ou cuidar da campanha presidencial, Ulysses declarou que passará a se dedicar à organização da sessão de promulgação da Carta, e em seguida às viagens a todo o País, para ajudar o PMDB na campanha municipal. Depois, virá a tarefa de organizar a convenção nacional do partido, que deverá ocorrer entre fevereiro e março do ano que vem, e durante a qual será lançado o candidato à Presidência da República.

— De maneira que temos muito trabalho pela frente. Depois da convenção, vamos ter o candidato escolhido e teremos que percorrer novamente o País, que é um continente.

## Militares garantem a nova Carta

GUIOMAR CAMPELO  
Enviado Especial

São Luís — O presidente José Sarney afirmou, ao desembarcar nesta capital, que o Brasil está pronto para praticar uma nova democracia. Ele garantiu que será o primeiro servidor da nova Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte. A disposição do Governo de obedecer à lei foi manifestada também pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima.

O presidente da República, em rápida entrevista à imprensa, declarou que, com o término dos trabalhos da Constituinte e a elaboração da nova Constituição, está praticamente concluído o arcabouço institucional da transição democrática. José Sarney afirmou que será o primeiro servidor do novo texto constitucional.

O Presidente praticamente se desculpou das críticas que fez aos trabalhos da Constituinte — nos programas Conversa ao pé do Rádio ou em discursos — mas observou que todas as ressalvas aos muitos dispositivos da lei foram feitas com espírito público, "pensando no País, com patriotismo e debatendo com todos os brasileiros os temas discutidos na Constituinte".



Moreira Lima

haver uma fase de ajustamentos da Constituição antiga para a nova, que deve ocorrer no próximo ano de 1989", disse Moreira Lima.

— Ministro, a Constituição que foi concluída atende às expectativas dos militares?

— Não só atende como também criou um canal de diálogo com os constituintes que se pode classificar de excepcional. Nós, os militares, passamos a conhecer melhor os nossos representantes no Congresso e os constituintes passaram a conhecer melhor o papel das Forças Armadas e desse diálogo estabelecido acredito que os dois lados saíram ganhando.

ALEXANDRE

Como que a endossar as palavras do presidente da República, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, garantiu que os militares vão respeitar a Constituição, observando que começa agora, no próximo ano, a fase de elaboração das leis complementares, quando deverá haver o ajuste das novas disposições com a sociedade.

"A Constituição está pronta, cabendo à sociedade brasileira procurar cumpri-la. Esse deve ser o nosso papel e de todos os demais segmentos da sociedade brasileira. E evidente que vai

O Presidente da República afirmou que o senador maranhense, que o acompanha na visita a São Luís, tem razão ao justificar que, tendo recebido mandato do povo do Estado, "muitos mandatos", não poderia faltar aos compromissos, "desertando da missão que lhe foi dada por essa terra", afirmou o Presidente, que arrematou: "Ele tem razão, com minha concordância". Mas negou-se a fazer qualquer comentário a respeito da escolha do sucessor do governador José Aparecido.

## Sarney elogia Ulysses

Uma das primeiras providências do presidente José Sarney ao desembarcar, ontem, na base aérea vindo de Minas Gerais, onde inaugurou um sistema de irrigação em Paracatu, foi telefonar para o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Cumprimentou-o pela "abnegação e espírito público que dedicou à Constituinte" e reafirmou seu compromisso de ser "o primeiro servidor das leis e da Pátria".

Sarney informou a Ulysses que estava mandando uma carta expressando o seu sentimento em relação à Constituinte, através do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que a entregou em sua residência às 17h15, pontualmente como informou. Na oportunidade Sarney solicitou ao presidente da Constituinte licença para divulgar a carta, e passou o telefone para sua mulher, D. Marly, que também queria cumprimentá-lo.

Eis, na íntegra, a carta de Sarney para o deputado: "Excelentíssimo Senhor Presidente, meu amigo Ulysses Guimarães. Neste momento em que a Assembleia Nacio-

nal Constituinte conclui a votação do novo texto constitucional, quero associar-me à satisfação de todos os ilustres constituintes, cumprimentando-os pela abnegação e espírito público que dedicaram à superior tarefa que lhes foi confiada pelo voto popular. Ressalto também a patriótica contribuição de Vossa Excelência para esse resultado".

"Reafirmo a Vossa excelência minha firme disposição de não poupar esforços para que a nova Constituição seja rápida e efetivamente implantada e que se torne instrumento central de consolidação da democracia brasileira e plenitude do Estado de direito".

"Apesar das preocupações e dúvidas que manifestei a respeito de alguns preceitos adotados na nova Carta, coloco meus deveres de chefe de Estado e de chefe do Governo, com a consciência de que me cabe exemplar no respeito à Lei, acima de todas as vicissitudes, para reafirmar o meu compromisso de primeiro servidor das leis e da Pátria. Atenciosamente, José Sarney".

## Alves prevê guerra fiscal

Em palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, o ministro João Alves, de Interior, disse que a reforma tributária inserida na nova Constituição vai prejudicar as regiões mais pobres do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), ampliando o hiato econômico existente entre ricos e pobres, promovendo a concentração de investimentos nas áreas de maior poder econômico, além de estabelecer verdadeiras barreiras fiscais no mercado interno e de provocar uma "guerra fiscal".

"Para ele, trata-se de equívoco que causará gravíssimos problemas, paradoxalmente fortalecendo os mais industrializados e consequentemente mais ricos e enfraquecendo os Estados mais pobres. A título de ilustração, citou o adicional de 3% sobre o Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital, que poderá ser cobrado pelos Estados-sede das empresas e não pelos Estados geradores dos ganhos, fazendo com que as unidades da Federação mais desenvolvidas tenham suas finanças substancialmente reforçadas, com reflexos no atual quadro dos desníveis regionais do Brasil". As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de sofrerem poucos empreendimentos representativos, concedem isenções fiscais como forma de atração de investimentos.

Argumentou ainda João Alves que o Governo Federal não vai mais poder realizar as chamadas transferências negociadas, através de programas especiais, cujos recursos atualmente se concentram (cerca de 30%) nas três regiões menos privilegiadas do País. Por outro lado, o aporte de novos recursos a serem recebidos pelos Estados privilegiados Sudeste e Sul, que deverão absorver cerca de 83% dos novos recursos. As regiões mais pobres terão receitas menores e encargos maiores para suprir.



João Alves

tados para fixação de alíquotas do ICM poderá — segundo o ministro — provocar barreiras fiscais e uma verdadeira "guerra fiscal".

Destaca João Alves que a questão regional não é matéria exclusiva do Governo. E assuntou que diz respeito sobretudo à sociedade brasileira. Acha ser imperioso que se tenha consciência crítica da questão e que se saiba discernir entre a míopia do curto prazo e a concepção dos que se abstraem das limitações do tempo presente.

A esses desafios múltiplos e variados — argumenta — importa responder com tenacidade e vontade de superá-los. A seu ver, a resposta passa inclusive pelo estabelecimento de modelo privatizante em que se atribua à iniciativa privada participação significativa na construção e operação de ferrovias, rodovias, portos, sistemas energéticos e outros ativos infra-estruturais.

Diz também ser fundamental abrir mercados à poupança externa, sendo válido verificar-se o papel que tal abertura nos próprios países comunistas, a exemplo da China e da União Soviética. No caso da China, afirma o Ministro ter podido constatar, em visita àquele País, quanto a abertura para o capital externo influenciou, na última década, os parâmetros de qualidade de vida.

## Atraso acelera visita ao centro

ESTER MARQUES  
Correspondente

São Luís — O presidente José Sarney visitou ontem, em companhia do ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, o Centro de Lançamento de Alcântara — criado em 83 para executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais —, onde fez um sobrevôo por toda a região em menos tempo que o previsto. Como o avião do Presidente chegou com uma hora de atraso, o roteiro oficial teve que ser reduzido, mas ainda deu tempo para inaugurar o Fórum Desembargador Sarney de Araújo Costa, nome de seu pai, que foi promotor do município por muitos anos.

O Presidente chegou às 16h10 e, no aeroporto em construção, tomou um helicóptero para a Força Aérea Brasileira, onde acompanhou as obras do Centro de Lançamento, visitando rapidamente o Centro de Comando e Controle, onde está localizado o centro técnico que opera os sis-

temas de trajetória, telemetrias, tratamento de dados, telecomunicações, meteorologia e medidas; o Centro de Controle de Satélites, responsável pelo rastreamento e controle dos engenhos em seus deslocamentos no espaço; o Setor de Preparação e Lançamento, onde são feitos os ajustes finais, e o Setor de Segurança e Apoio, responsável pela salvaguarda de pessoas e bens no solo e em vôo e do suporte logístico essencial à missão.

Ao voltar ao Núcleo de Apoio ao Centro de Lançamento, a comitiva presidencial tomou um ônibus e seguiu para a Vila Tapirei, um novo bairro que acomodará toda a equipe técnica que operará no centro, onde recebeu das mãos do ministro Moreira Lima uma placa de agradecimento. Por fim, o Presidente visitou o centro histórico de Alcântara, uma antiga aldeia tupinambá do século XVII e inaugurou o fórum da localidade, instalado na praça principal, em um casarão colonial do século XVII, recentemente res-

taurado para servir ao Poder Judiciário.

Em São Luís, após desembarcar às 18h10, José Sarney acompanhou o governador Eplício Cafeteira numa visita à Fábrica de Implementos e Tratores Anfíbios-Ital, uma empresa privada com capital 100 por cento nacional, instalada no Distrito Industrial de São Luís. No local, o Presidente da empresa, Haroldo Tavares (autor da ideia da ferrovia Norte-Sul), explicou como a empresa começou na construção de tratores anfíbios, embarcações de recreio e vela, lanchas de grande porte para transporte de pessoal e cargas, para emprego militar, inclusive a fabricação de veículos do tipo buggy. No final, o Presidente deslocou-se à sua residência particular, na praia do Calhau, para pernoite. Hoje cedo, segue para o município de Vitória do Mearim, para inaugurar uma rodovia interestadual de 40km, que ligará várias cidades da Baixada Maranhense.

## Presidente: crítica é passado

Paracatu — O presidente José Sarney considera coisa do passado as críticas que fez aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas observa que as ressalvas que fez foi no sentido de contribuir para que fosse elaborada uma Constituição melhor. Ele disse que vai se esforçar para que a nova Carta Magna tenha êxito, e para que possa servir ao desenvolvimento do País e ao bem-estar social do povo brasileiro.

Com a Constituição aprovada cabe ao povo brasileiro lutar para o seu êxito e, por isso, Sarney observou que fez os cortes no orçamento da União para atender os novos dispositivos constitucionais. Sarney argumentou que o problema não é ser contra ou a favor da Operação Desmonte, porque é a realidade do País. O Governo teve de adaptar o seu orçamento aos recursos disponíveis, comentou.

sobre o assunto, porque na noite anterior tinha emitido a sua opinião sobre a aprovação do texto. Mas, foi convencido pelo ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, a falar com os jornalistas. As perguntas foram basicamente sobre a mudança de opinião, já que Sarney dissera, há alguns meses, que a aprovação do texto elaborado pelo relator Bernardo Cabral tornaria o Brasil ingovernável.

"Uma Constituinte progressista, moderna, que atende às aspirações da população". Foi como o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, definiu, ontem o texto constitucional, aprovado na madrugada de ontem. Indagado como o Palácio do Planalto, de onde partiram as mais contundentes críticas aos dispositivos econômicos da Constituinte, via a sua aprovação, quando o próprio Presidente havia declarado que eles tornariam o País ingovernável,

o ministro respondeu: "Como um fato consumado". Costa Couto acompanhou Sarney em sua visita a Paracatu.

Mas manifestou sua preocupação quanto à parte econômica da futura Carta, "principalmente no tocante ao desequilíbrio existente em termos de receita e despesa". Como exemplo de uma medida com a qual não concorda, Costa Couto citou o tabelamento das taxas de juros em 12 por cento ao ano. "Infelizmente esta decisão pode acabar desabando na cabeça do povo".

Na sua opinião, o tabelamento dos juros, além de não se tratar de matéria própria a uma Constituição, poderá até comprometer o acesso do Brasil em relação a financiamentos junto aos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento. Ele disse que esse dispositivo não é auto-aplicável, depende ainda de regulamentação.

## Festa vai parar o Brasil

A festa improvisada que contagiará o plenário no último dia da votação do segundo turno vai se repetir em escala nacional no dia 5 de outubro, quando a nova Carta for, finalmente, promulgada. O presidente Ulysses Guimarães quer a data marcada na cabeça e nos corações dos brasileiros. Para isso, está preparando uma comemoração em grande estilo, que deve parar literalmente o País, com a decretação de feriado nacional.

A população será convidada a conhecer o texto e comemorar sua promulgação com alguns dias de antecedência, através de vinhetas veiculadas nas rádios e televisões do Brasil inteiro. O coração da festa, no entanto, como não poderia deixar de ser, acontecerá nos gramados em frente ao Congresso Nacional. Lá deve haver uma grande manifestação popular, inclusive com um palanque, onde se exibirão conjuntos de música popular e talvez a apresentação de uma orquestra sinfônica.

Enquanto o povo festeja, dentro do Congresso os constituintes estarão assinando o novo texto. Além do exemplar autografado durante a sessão solene, pelo menos outros quatro deverão receber as assinaturas dos 559 constituintes. O presidente Ulysses Guimarães pretende enviar estas cópias históricas para a Câmara, o Senado,

a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal e o Arquivo Nacional.

Depois da assinatura do texto pelos constituintes, os presidentes da República, José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal, Raphael Mayer, vão jurar cumprir a nova Constituição, sob os olhares atentos dos parlamentares e de representantes dos parlamentos dos países americanos e de língua portuguesa. O presidente Ulysses Guimarães decidiu convidar os presidentes destes parlamentos para dar ao ato repercussão continental, promovendo a "integração das Américas".

A festa formal culminará com a distribuição de um diploma e uma placa comemorativa — de ouro ou prata, ainda não está decidido — a cada constituinte, e um grande banquete, que reunirá todos os convidados. Os funcionários que trabalharam na Constituinte, os jornalistas e representantes da gráfica do Senado, Prodases e serviço de Taquígrafia também poderão receber diplomas assinados pelo presidente Ulysses Guimarães.

Para evitar que a sessão se alongue demais, o único orador deverá ser o presidente Ulysses Guimarães. Os convites também serão restritos ao mínimo: cada constituinte poderá levar um só convidado.

## Fim de luta: Amato se sente nocauteado

ROBERTO CUSTÓDIO  
Da Sucursal

São Paulo — Considerando-se "nocauteados" pelo novo texto constitucional, os empresários brasileiros acreditam que muitos dispositivos aprovados acabarão não vingando por serem "antinaturais". Segundo avaliação feita ontem pelo presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, responsável por um dos mais fortes lobbies na Constituinte, "o texto provocou um impacto tão grande em mim como se eu tivesse levado um soco e ainda não me recuperado do nocaute", afirmou Amato (que na juventude foi lutador de boxe), ressaltando que os empresários são legalistas e aceitarão o resultado final dos trabalhos constitucionais.

Para o presidente da Fiesp, o novo texto constitucional, especialmente nos dispositivos sobre a ordem econômica e social, impedirá o avanço da economia brasileira, ao limitar a atuação de empresas em algumas áreas e restringir a ação do capital estrangeiro no Brasil. "Queira Deus que eu esteja errado, mas isso vai trazer atraso tecnológico, prejudicando nosso desenvolvimento", queixou-se. Dizendo-se sob o impacto das últimas decisões do texto, como o tabelamento de juros a 12 por cento ao ano e a anistia para micro e pequenos empresários e agricultores, Amato criticou os parlamentares. "Eles aprovaram coisas estapafúrdias, como essa, que desestimulam".

Sem admitir que os empresários tivessem sido completamente derrotados na Constituinte, lembrou que as acusa-



Mário Amato

cões de lobbies junto a parlamentares "foram inventadas pela esquerda com um ardis para enganar a opinião pública". Segundo Amato, as esquerdas acabaram tendo "muito sucesso e nós acusados". O presidente da Fiesp afirmou ainda que a entidade está fazendo um levantamento de todos os dispositivos que contrariam seus interesses, devendo fazer um pronunciamento oficial na próxima semana.

O diretor de Relações Sindicais da Fiesp, Roberto Della Manna, reclamou também do texto constitucional, especialmente do direito de greve irrestrito e benefícios sociais para os trabalhadores, que na sua opinião vão pressionar os custos das empresas, e, no final, serão repassados para os preços dos produtos. "Do jeito que está, pode ser feita greve de solidariedade e greve política. Isso está errado", disse.